

ATA NÚMERO CEM

Em vinte e seis de março de dois mil e treze, cerca das dez horas e trinta minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Efetivos

António Leitão Amaro (PSD); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); José Junqueiro (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP);

- Suplentes

João Figueiredo (PSD); Luís Vales (PSD); Pedro Pimpão (PSD); Idália Serrão (PS); Nuno André Figueiredo (PS); Orísia Roque (CDS-PP); Paula Santos (PCP).

Faltas

Ramos Preto (PS); Carlos Abreu Amorim (PSD); Helena Pinto BE); Heloísa Apolónia (PEV).

Após a verificação do quórum, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Audições no âmbito da PPL N.º 123/XII-GOV "Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas" e da PPL 125/XII-GOV "Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"

10H30 - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e de Resíduos (ERSAR);

12H00 - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO).

2 - Aprovação das Atas 92, 93, 94 e 99

3 - Petição-Admissibilidade

215/XII-2ª "Solicita que a Assembleia da República promova as diligências indispensáveis à adoção de medidas tutelares adequadas ao cumprimento da Constituição da República Portuguesa e da lei por parte de um município"

4 - Iniciativas Europeias:

- COM (2013) 111 - Relator: GP do PSD - Informação.

- COM (2012) 626; 652; 672 e (2013) 20; 93; 121 - Relator: GP do PS - Informação.

5 - Iniciativa Legislativa - Parecer sobre PJI 367/XII-PS "Adota medidas que salvaguardam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro - primeira alteração à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro" - Relator: GP do PSD

6 - Requerimento do GP do PSD para audição conjunta dos Ministros da Tutela, Autarcas e Técnicos nas 6ª (CEOP), 7ª (CAM) e 11ª (CAOTPL) Comissões - Estratégia de desenvolvimento para o Porto de Lisboa

7 - Outros Assuntos.

1 - AUDIÇÕES no âmbito da apreciação da PPL N.º 123/XII-GOV “Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas” e da PPL 125/XII-GOV “Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos”

- AUDIÇÃO DA ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E DE RESÍDUOS (ERSAR)

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL ([20130326](#)) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130326caotpl_ersar.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra ao Presidente do Conselho Diretivo da ERSAR, Senhor Eng.º Jaime Melo Baptista, o qual estava acompanhado pelo Vogal do mesmo Conselho Diretivo, Senhor Dr. Carlos Pereira.

O Senhor Eng.º Jaime Melo Baptista, com base em apresentação em “PowerPoint”, abordou, em síntese, as seguintes questões: 1. Introdução (grande heterogeneidade dos agentes do setor dos serviços de águas e resíduos; reforço da legitimação de intervenção da ERSAR; novos estatutos da ERSAR iniciativa muito positiva; princípios de competência, isenção, imparcialidade; ERSAR é “agnóstica” sobre políticas e modelos de governância, pelo que a sua intervenção regulatória integra-se necessariamente nas “grandes linhas” definidas pelo poder político); 2. Universalização da regulação; 3. Evolução para Entidade Administrativa Independente; 4. Modelo de regulação; 5. Reforço das atribuições e competências (geral; em matérias de regulação estrutural, comportamental, atividades regulatórias complementares); 6. Outros aspetos relevantes; 7. Recursos internos; 8. Conclusão: a proposta de novos estatutos da ERSAR constitui, em termos globais, um claro avanço na governância dos serviços de águas e resíduos, cujo desenvolvimento tem sido notável).

Em seguida, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) (ERSAR regulador de referência; evolução para Entidade Reguladora Independente: reforço das respetivas atribuições e competências/eficiência dos operadores/meios necessários para atuação/definição de tarifas; dívidas das Autarquias à AdP; situação dos sistemas em baixa), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (Necessidade de reorganização do setor/discordância do PS quanto ao processo em curso; modelo regulatório e do regulador face ao mercado/quadro estratégico para o setor; casos da EPAL e Águas de St.º André fora do âmbito do Regulador; condições técnicas, financeiras e de recursos humanos para a ERSAR cumprir as respetivas atribuições e competências; competências tarifárias da ERSAR versus autonomia das Autarquias/modelo tarifário e intervenção da ERSAR), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) (a evolução anterior e a atual situação do setor da Água e Resíduos; reorganização do setor em curso e evolução do Regulador para Entidade Reguladora Independente; custo da água das entidades gestoras de sistemas em baixa/regulamento tarifário e intervenção da ERSAR versus autonomia das Autarquias) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (pacote legislativo do Governo para o setor da Água: objetivo privatização; reestruturação do setor em curso-concessões e subconcessões; política de sucessivos governos no sentido da mercantilização do Bem Público Água; posição contrária do PCP à entrada de privados nos serviços e gestão da Água; captura da

ERSAR pelo setor privado versus capacidade para a defesa dos interesses públicos; regime tarifário: papel da ERSAR versus autonomia das Autarquias).

Depois, o Senhor Eng.º Jaime Melo Baptista usou novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu esta audição por concluída, eram cerca das onze horas e cinquenta e cinco minutos.

- AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR (DECO)

Esta audição, que teve início cerca das doze horas, foi igualmente objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL (20130326) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130326caotpl_deco.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui também por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após também contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação da DECO, integrada pelos juristas Senhora Dr.ª Ana Tapadinhas e Senhor Dr. Tito Rodrigues e pela especialista em estudos de mercado (preços da água), Senhora Dr.ª Antonieta Duarte.

A Senhora Dr.ª Ana Tapadinhas referiu-se, em resumo, à atuação da DECO relativamente ao setor da Água: reclamações dos consumidores sobre preços; estudo sobre disparidades dos preços praticados ao longo do país; conferência sobre “Política de Defesa do Consumidor no Setor da Água”; Água monopólio natural, bem escasso e essencial - posição da DECO contrária à privatização/preocupação relativamente à concessão e subconcessão a privados; Resíduos - posição da DECO de que é aceitável a abertura ao setor privado, desde que as bases da concessão sejam bem definidas; ERSAR - posição da DECO de que é positivo um Regulador independente/necessidade de meios para garantir a execução das respetivas atribuições e competências.

O Senhor Dr. Tito Rodrigues pronunciou-se, nomeadamente sobre as propostas de lei em análise, tendo-se referido, em síntese, às seguintes questões: PPL nº 123/XII/2ª - reservas ao disposto no nº 6 do artigo 1º/ possibilidade de subconcessões a privados/prazos de concessão mais curtos e improrrogáveis como forma de defesa do setor/sistemas de concessão em vigor têm apresentado sucessivos aumentos de preços; PPL nº 125/XII/2ª - novas funções da ERSAR são positivas/necessidade de revisão da legislação dos serviços Municipais e Intermunicipais/dúvidas sobre o regime tarifário/deficiente representação dos consumidores no Conselho Consultivo/dúvidas sobre a autonomia da ERSAR face à validação da respetiva direção pelo ministro responsável pelo setor.

A Senhora Dr.ª Antonieta Duarte referiu, em resumo, os seguintes aspetos: análise do tarifário 2013 - transparência não disponível em noventa e oito municípios, sendo dificilmente perceptível nos restantes Municípios/discrepância muito elevada de preços e tarifários da água ao longo do país/preços do saneamento também muito diversificados e sem critérios uniformes de cálculo.

Na sequência, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) (necessidade de reestruturação do setor-PPL nº 213/XII/2ª; evolução do Regulador para Entidade Reguladora independente - PPL nº125/XII/2ª; tarifas justas / necessidade de cobertura dos custos reais e de proteção dos consumidores; ERSAR - recomendações/eficácia versus obrigatoriedade/regulamentos/fatura detalhada-uniformização/informação ao setor e sobre este/transparência tarifária; privatização/concessão/subconcessão-regulação/prazos; custos da água-concessões a privados/serviços municipais; tarifas de resíduos sólidos/consumos de água/fórmulas de cálculo), o Senhor Deputado Pedro

Farmhouse (PS) (necessidade de reorganização do setor da Água, Saneamento básico e Resíduos/discordância do PS quanto ao processo em curso; parecer negativo da ANMP relativamente às propostas do Governo em análise; Direito Humano à Água e ao Saneamento básico/reorganização em curso/privatização; autonomia e universalização do âmbito de atuação da Entidade Reguladora/garantia de defesa dos consumidores; participação dos consumidores no processo em curso de reorganização do setor da Água, Saneamento básico e Resíduos), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (posição genérica da DECO favorável ao Regulador independente; situação financeira da AdP/dívidas das Autarquias; tarifa social e tarifa para famílias numerosas; intervenção do Regulador na fixação de tarifas; subconcessões/prazos/defesa do interesse público; mecanismos alternativos à fixação de tarifas de RSU relacionadas com os consumos de água; perdas nas redes de distribuição/eficiência no uso da água; poderes do Conselho Tarifário) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (PPL's do Governo: privatização do setor da Água e Resíduos/posição contrária do PCP na defesa da gestão pública do setor da Água; captura da ERSAR pelos interesses económicos do mercado em detrimento da defesa dos consumidores; exemplos de concessões a privados, visando o lucro e com aumentos de preços para os consumidores; iniciativa legislativa do PCP em defesa da Água como bem público chumbada na A.R.).

Depois, a Senhora Dr.^a Antonieta Duarte, a Senhora Dr.^a Ana Tapadinhas e o Senhor Dr. Tito Rodrigues usaram novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), deu esta audição por concluída cerca das treze horas.

2 - APROVAÇÃO DAS ATAS 92, 93, 94 E 99

Apreciadas as atas números noventa e dois, noventa e três, noventa e quatro e noventa e nove das reuniões da CAOTPL realizadas, respetivamente, em vinte e seis de fevereiro e cinco, sete e vinte e dois de março de dois mil e treze, foram todas aprovadas por unanimidade, estando ausentes BE e PEV.

3 - ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO Nº 215/XII-2^a "Solicita que a Assembleia da República promova as diligências indispensáveis à adoção de medidas tutelares adequadas ao cumprimento da Constituição da República Portuguesa e da lei por parte de um município"

Foi deliberado por unanimidade, estando ausentes BE e PEV, que esta petição fosse admitida, de acordo com os fundamentos expostos na respetiva nota de admissibilidade, da autoria da assessoria técnica da Comissão.

A indicação do Relator coube ao GP do PS, o qual ficou de indicar posteriormente o nome do respetivo Senhor Deputado, para o efeito.

4 - INICIATIVAS EUROPEIAS

- COM (2013) 111 "Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre os progressos na aplicação do Regulamento (CE) n.º 166/2006, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes (E-PRTR)"
- COM(2012)626 "Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Progressos realizados no cumprimento dos objetivos de Quioto, nos termos do artigo 5.º da Decisão 280/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à criação de um mecanismo de vigilância das emissões comunitárias de gases com efeito de estufa e de implementação do Protocolo de Quioto", COM(2012)652 "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório sobre a revisão da política europeia de luta contra a escassez hídrica e a seca"

COM(2012)672 "Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - A situação do mercado europeu do carbono em 2012", COM(2013)20 "Proposta de Decisão do Conselho relativa à apresentação, em nome da União Europeia, de pedidos de novas rubricas nos anexos VIII ou IX da Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação", COM(2013)93 "Proposta de Decisão do Conselho relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, na décima primeira Conferência das Partes na Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, no que respeita a emendas à lista de resíduos constantes do anexo IX - Lista B - da mesma Convenção" e COM(2013)121 "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho relativa à utilização dos recursos financeiros destinados ao desmantelamento de instalações nucleares e à gestão de combustível irradiado e de resíduos radioativos"

Relativamente a estas iniciativas europeias, distribuídas, respetivamente, a primeira ao GP do PSD e as restantes ao GP do PS, os Coordenadores dos referidos grupos parlamentares, Senhores Deputado António Leitão Amaro (PSD) e Deputado Pedro Farmhouse (PS) apresentaram Informações no sentido de não se afigurar ser de emitir pareceres sobre cada uma das referidas iniciativas, o que foi aprovado por unanimidade, estando ausente BE e PEV, em todos os mencionados casos.

5 - INICIATIVAS LEGISLATIVAS - PARECER SOBRE P JL 367/XII-PS "Adota medidas que salvaguardam os direitos dos arrendatários titulares de contratos habitacionais celebrados antes da vigência do regime de arrendamento urbano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de outubro, e de contratos não habitacionais celebrados antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 257/95, de 30 de setembro - primeira alteração à Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro"

A Relatora, Senhora Deputado Emília Santos (PSD), apresentou este parecer, da sua autoria, e na sequência o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), submeteu o documento a votação, nos termos regimentais, com o seguinte resultado:

Considerandos - aprovados por unanimidade, estando ausentes BE e PEV;

Conclusões - aprovadas por unanimidade, estando ausentes BE e PEV.

6 - REQUERIMENTO DO GP DO PSD PARA AUDIÇÃO CONJUNTA DOS MINISTROS DA TUTELA, AUTARCAS E TÉCNICOS NAS COMISSÕES DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL, ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA E MAR (ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O PORTO DE LISBOA)

Este requerimento foi apresentado pelo Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) e usaram ainda da palavra a Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS), a Senhora Deputada Paula Santos (PCP), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) e de novo o Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD).

Na sequência o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), submeteu o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, estando ausentes BE e PEV.

7 - OUTROS ASSUNTOS

- Apreciação da PPL n.º 122/XII/2ª "Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais" e das PPL n.º 123/XII/2ª "Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas" e PPL n.º 125/XII/2ª "Aprova o Estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"



O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) suscitou estes assuntos e requereu o agendamento para a reunião da Comissão a realizar no dia seguinte dos seguintes pontos:

- PPL 122/XII-GOV - calendário para as audições;
- PPL 123/XII-GOV e 125/XII-GOV - fixação de data para entrega de propostas.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) deu por finda esta reunião, eram cerca das treze horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Vice-Presidente da Comissão,

Fernando Marques

JF/